

Boletim da Macrogestão Governamental

Dezembro / 2023 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Elaborado em 28/02/2024

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Panorama econômico

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Institucional

Identidade organizacional



sumário

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)

O banco central dos Estados Unidos manteve a taxa de juros do país (5,25% a 5,50%), mesmo patamar das últimas três reuniões, devido à atividade econômica do país que desacelerou, à taxa de desemprego baixa e à inflação em elevado patamar. No mesmo sentido foi o Banco Central Europeu.

No acumulado dos doze meses de 2023, o comércio exterior do estado totalizou US\$ 19,3 bilhões, incremento de +3,75% frente ao ano antecedente, e maior valor da série histórica anual (exportação: +4,17%; importação: +3,34%). Já no Brasil, o valor total do comércio exterior de 2023, de US\$ 580,5 bilhões, foi -4,32% inferior ao resultado de 2022, fruto de uma contração de -11,66% nas importações, enquanto as exportações cresceram apenas +1,66%, no período.

O Banco Central do Brasil divulgou uma prévia do PIB nacional. Na passagem de outubro para novembro, o IBC-Br registrou estabilidade ao variar +0,01%, na série com ajuste sazonal. Em relação a novembro de 2022, o indicador avançou 2,2%. No acumulado do ano até novembro de 2023, a atividade econômica do país ampliou 2,4%.

Para o Espírito Santo, o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) mostrou que a atividade econômica no estado avançou 4,0% na passagem de outubro para novembro, na série com ajuste sazonal. Em relação a novembro de 2022, o indicador avançou 7,9%. No acumulado do ano até novembro de 2023, a atividade econômica capixaba cresceu 3,1%. Nessas bases de comparação, a atividade econômica teve um melhor desempenho do que a média do país.

A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES) anunciou que, em 2023, o Espírito Santo bateu recorde na abertura de empresas. No ano, foram abertas 20.532 empresas, o que significou um crescimento de 5,2% em relação à 2022.

1 Fontes: A
Semana Econômica
(Observatório da
Indústria/Findes),
IJSN (Instituto Jones
dos Santos Neves),
Ipea (Instituto de
Pesquisa Econômica
Aplicada).

Os industriais do país seguiram confiantes em dezembro. Porém o Índice de Condições Atuais reflete uma piora das condições atuais da economia brasileira e das empresas em relação aos últimos seis meses. Já o Índice de Expectativas, se manteve próximo à estabilidade. Para o Estado do Espírito Santo, o resultado do Índice de Confiança mostrou que os industriais capixabas finalizaram o ano confiantes, embora com nível de confiança menos disseminado.

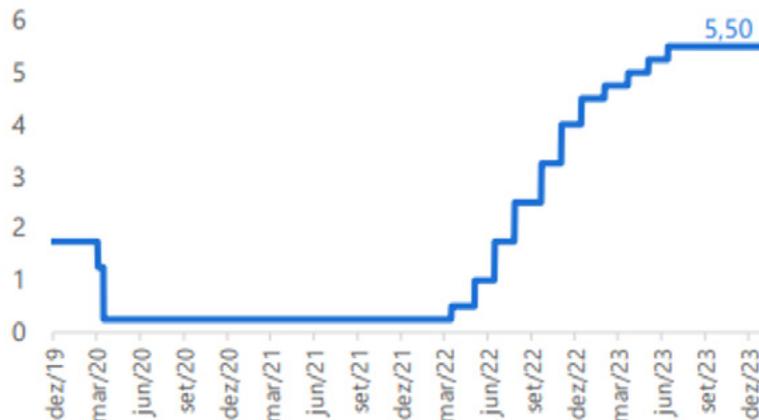
A inflação do país avançou 0,56% em dezembro. No acumulado do ano, a inflação do país fechou em 4,62%, dentro do intervalo da meta da inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que era de 3,25%, podendo variar de 1,75% a 4,75%. Na Grande Vitória, o IPCA da região fechou o ano com alta de 5,10%.

Em sua última reunião de 2023, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual para 11,75% ao ano.



Em dezembro, o banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), anunciou que manteve a taxa de juros do país (*Federal Found Rates*) na faixa de 5,25% a 5,50%, mesmo patamar das últimas três reuniões. Em comunicado, o Comitê Federal de Mercado Aberto (*Fomc*, na sigla em inglês) informou que os indicadores recentes sugeriram que a atividade econômica do país desacelerou frente ao terceiro trimestre. Além disso, a taxa de desemprego continuou baixa e a inflação, apesar de moderada frente ao início do ano, continuou em elevado patamar.

Taxa de juros (%)* dos Estados Unidos



*Federal Funds Rate

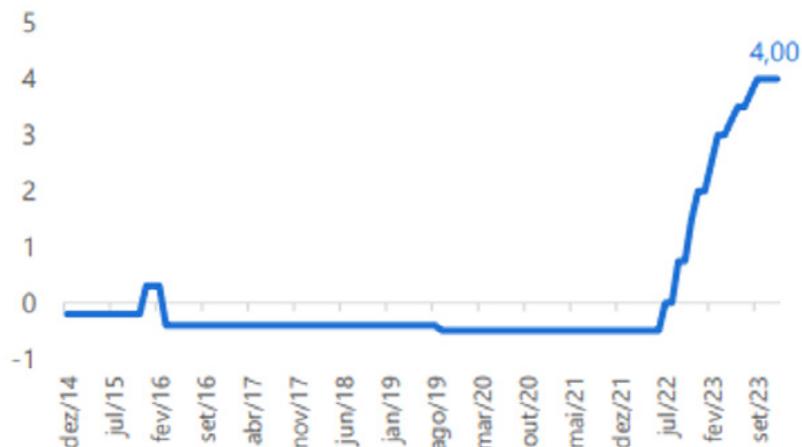
Fonte do gráfico:
Fed

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



No mesmo sentido, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter inalteradas as três taxas de juros diretoras (as principais taxas de política monetária da Área do Euro) em: 4,0% a taxa de referência (para depósito no BCE), 4,50% a taxa de refinanciamento (empréstimos de médio prazo) e 4,75% a taxa de cedência de liquidez (financiamentos em casos extremos). Na avaliação do BCE, apesar da redução da inflação nos últimos meses, é esperado um aumento temporário de preços no curto prazo. Os especialistas do Eurosistema estimaram que a inflação (excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares) chegará a 5,0% em 2023, patamar acima da meta de 2,0% almejada.

Taxa de juros (%) de referência da Área do Euro



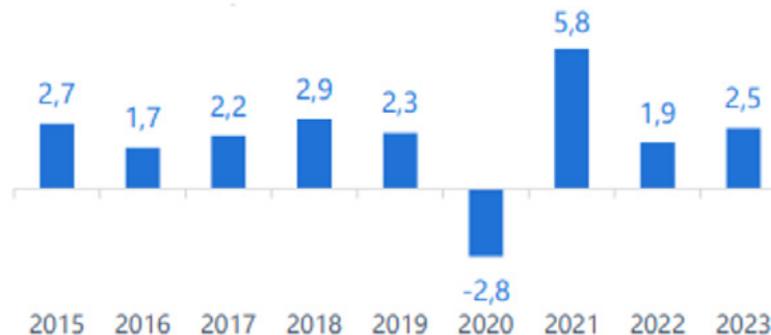
Fonte do gráfico:
BCE

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O *Bureau of Economic Analysis* (BEA) divulgou a primeira estimativa para o Produto Interno Bruto dos EUA em 2023, que registrou crescimento de 2,5%, demonstrando que a atividade econômica do país acelerou em relação a 2022 (1,9%). Segundo o BEA, os aumentos nos gastos dos consumidores, nos gastos governamentais e as altas nas exportações impulsionaram o resultado. Apesar disso, os dados iniciais identificaram uma desaceleração da economia do país em relação ao terceiro trimestre de 2023 (4,9%), ao registrar crescimento anualizado de 3,3% no quarto trimestre de 2023.

Varição (%) anual do PIB dos EUA



Fonte do gráfico:
BEA

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Setor externo brasileiro e capixaba

Em dezembro de 2023, o comércio exterior capixaba atingiu US\$ 1,99 bilhão, maior valor mensal para o ano de 2023, com alta de +20,49% frente ao mês imediatamente anterior. O incremento derivou da expansão de +21,36% nas exportações e +19,85% nas importações do estado. No Brasil, houve aumento de +3,45% nas exportações e +1,92% nas importações, resultando em +2,83% na corrente de comércio, na mesma base de comparação.

Na comparação com dezembro de 2022, o crescimento do comércio exterior capixaba foi de +42,21%, dado pelo aumento de +22,20% nas exportações e +62,23% nas importações. No país as exportações apresentaram alta de +9,48%, na comparação interanual, enquanto as importações caíram -10,69%, resultando em uma estabilidade (+0,35%) do comércio exterior como um todo.

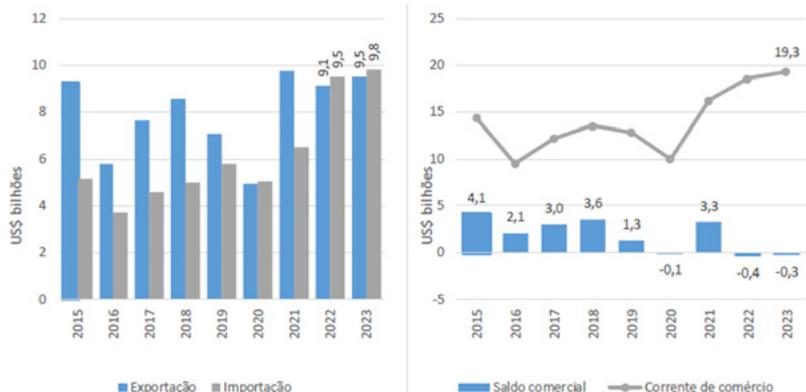
No acumulado dos doze meses de 2023, o comércio exterior do estado totalizou US\$ 19,3 bilhões, incremento de +3,75% frente ao ano antecedente, e maior valor da série histórica anual. O resultado recorde veio de um total de US\$ 9,5 bilhões exportados, com crescimento de +4,17% ante o ano de 2022, adicionado de US\$ 9,8 bilhões importados, com incremento de +3,34% frente a 2022.



Já no Brasil, o valor total do comércio exterior de 2023, de US\$ 580,5 bilhões, foi -4,32% inferior ao resultado de 2022. Essa queda derivou de uma contração de -11,66% nas importações, enquanto as exportações cresceram apenas +1,66%, no período. Dessa forma, com importações em queda, o país apresentou um superávit comercial de US\$ 98,8 bilhões em 2023. Ressalta-se que o crescimento do saldo comercial brasileiro se deu em detrimento do comércio exterior, devido à queda das importações e o pequeno incremento das exportações, do período.

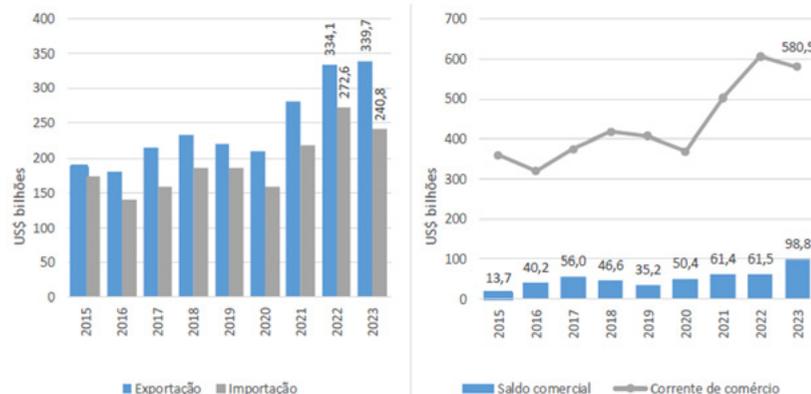
Exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio

Espírito Santo – US\$ bilhões acumulados em 12 meses



Exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio

Brasil – US\$ bilhões acumulados em 12 meses



Fonte do gráfico:
Secretaria de
Comércio Exterior -
Secex/MDIC

Elaboração:
Coordenação de
Estudos Econômicos
– CEE/IJSN



O Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil, referente à semana encerrada no dia 5 de janeiro, trouxe as expectativas para o PIB e o IPCA referentes ao fechamento de 2023, e as primeiras estimativas realizadas em 2024. Para 2023, o mercado projetou um crescimento de 2,92% para o PIB, e a mediana das estimativas para o IPCA ficou em 4,47%. Para 2024, as expectativas do PIB avançaram de 1,52% para 1,59%, enquanto as demais projeções ficaram estáveis. Para o IPCA, as estimativas permaneceram em 3,90%, assim como para a taxa Selic continuou em 9,00% a.a. e a taxa de câmbio ficou em US\$/R\$ 5,00.

Focus

Expectativas de mercado

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2024)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		15/12	22/12	29/12	05/01
PIB (% de crescimento)	1,59	→	↑	→	↑
IPCA (%)	3,90	→	↓	↓	→
Selic (% a.a.)	9,00	→	↓	→	→
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	→	→	→	→

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2023)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		15/12	22/12	29/12	05/01
PIB (% de crescimento)	2,92	→	→	→	↑
IPCA (%)	4,47	↓	↓	→	→

↑ alta → estabilidade ↓ queda em relação Focus anterior

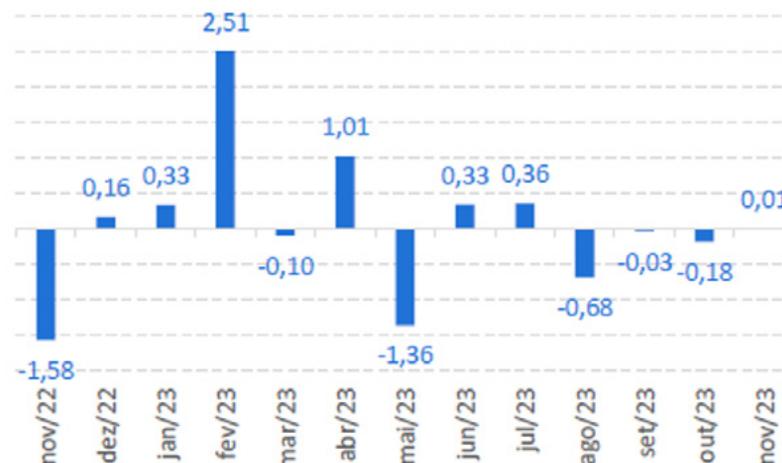
Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Banco Central do Brasil divulgou o Índice de Atividade Econômica para o Brasil (IBC-Br) referente ao mês de novembro de 2023. Esse indicador pode ser entendido como uma prévia do PIB nacional. Na passagem de outubro para novembro, o IBC-Br registrou estabilidade ao variar +0,01%, na série com ajuste sazonal. Em relação a novembro de 2022, o indicador avançou 2,2%. No acumulado do ano até novembro de 2023, a atividade econômica do país ampliou 2,4%.

Variação (%) do IBC-Br em relação ao mês imediatamente anterior
(com ajuste sazonal)



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Banco Central do Brasil divulgou o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) referente ao mês de novembro de 2023. Para o Espírito Santo, o IBCR mostrou que a atividade econômica no estado avançou 4,0% na passagem de outubro para novembro, na série com ajuste sazonal. Em relação a novembro de 2022, o indicador avançou 7,9%. No acumulado do ano até novembro de 2023, a atividade econômica capixaba cresceu 3,1%. Nessas bases de comparação, a atividade econômica teve um melhor desempenho do que a média do país.

Variação (%) do IBCR-ES no acumulado do ano até cada mês



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

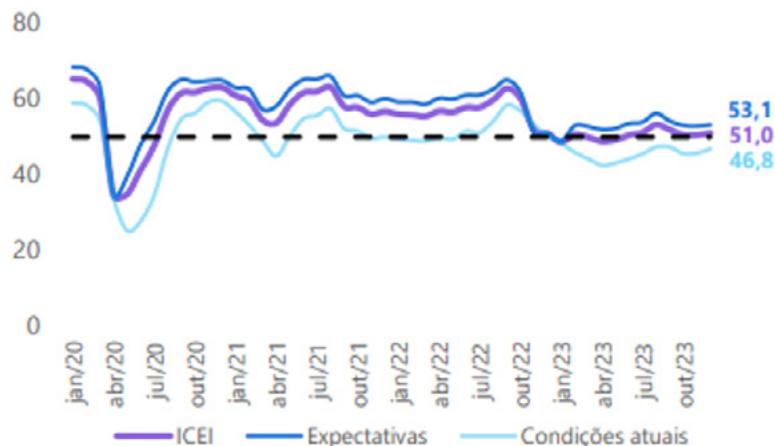


A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES) anunciou que, em 2023, o Espírito Santo bateu recorde na abertura de empresas. No ano, foram abertas 20.532 empresas, o que significou um crescimento de 5,2% em relação à 2022. O número representa uma média de 57 empresas abertas por dia no estado. Entre as atividades econômicas, destacam-se: comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (7.569 novos registros), promoção de vendas (6.891 registros) e comércio varejista de bebidas (5.066 registros).

Expectativas de empresários e consumidores

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou os resultados de dezembro para o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) nacional. O ICEI avançou 0,6 ponto, de 50,4 pontos em novembro para 51,0 pontos em dezembro. Com o resultado, os industriais seguiram confiantes em dezembro, pois o índice de confiança situou acima da linha divisória de 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança. Em relação aos seus componentes, o Índice de Condições Atuais avançou 1,1 ponto e registrou 46,8 pontos, refletindo uma piora das condições atuais da economia brasileira e das empresas em relação aos últimos seis meses. Já o Índice de Expectativas, se manteve próximo à estabilidade ao subir 0,3 ponto ao registrar 53,1 pontos no mês.

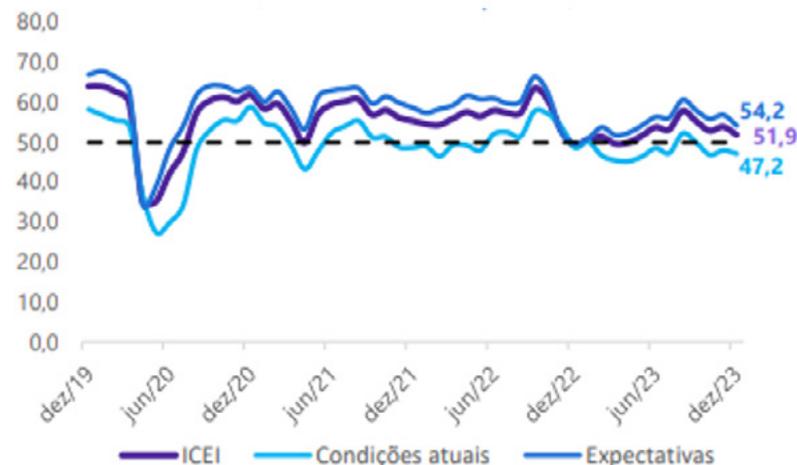
Índice de Confiança do Empresário Industrial Brasil (Índice de 0 a 100 pontos)





O Observatório da Indústria/Findes divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo de dezembro de 2023. No mês, o ICEI-ES registrou 51,9 pontos, contração de 2,0 pontos frente a novembro. Esta queda é resultado dos recuos de 0,8 ponto no índice de condições atuais e de 2,7 pontos no índice de expectativas. O índice de condições atuais ficou em 47,2 pontos em dezembro e o índice de expectativas atingiu 54,2 pontos. Mesmo com as quedas, o resultado do ICEI-ES mostrou que os industriais capixabas finalizaram o ano confiantes, embora com nível de confiança menos disseminado.

Índice de Confiança do Empresário Industrial Espírito Santo (Índice de 0 a 100 pontos)



Fonte do gráfico:
CNI

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

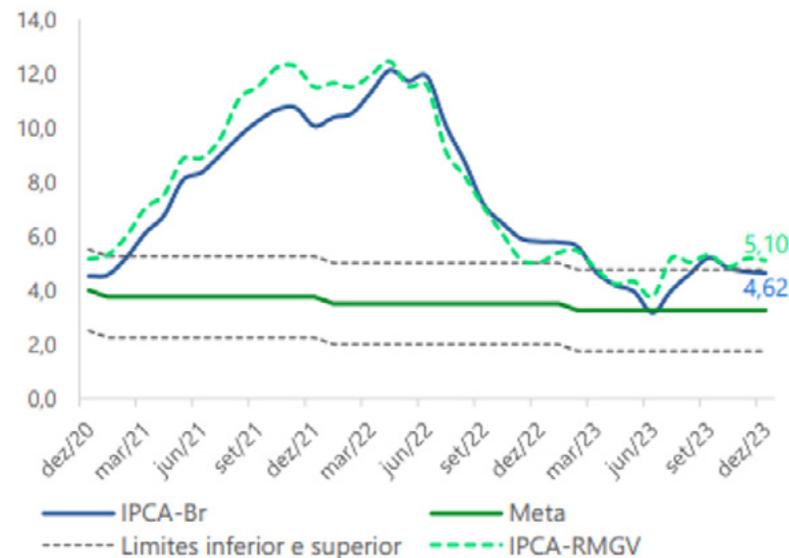


Inflação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2023. No mês, a inflação do país avançou 0,56%, puxada pela alta dos preços dos produtos no grupo Alimentação e Bebidas (1,11%). Embora o maior impacto tenha vindo do grupo Alimentação e bebidas no IPCA de dezembro de 2023, esse grupo foi o principal responsável para que a IPCA fechasse o ano dentro da meta de inflação. No acumulado do ano, a inflação do país fechou em 4,62%, dentro do intervalo da meta da inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que era de 3,25%, podendo variar de 1,75% a 4,75%. Em 2023, o grupo Alimentação e bebidas subiu apenas 1,03%. Já a maior pressão nos preços veio do grupo Transportes (7,14%) no índice nacional. Na Grande Vitória, o IPCA da região fechou o ano com alta de 5,10%, acima da inflação do país, puxado pelos grupos Transportes (7,17%) e Saúde e cuidados e pessoais (7,07%). O grupo Alimentação e bebidas no IPCA da Grande Vitória registrou uma alta de apenas 0,04% em 2023.

Variação (%) do IPCA

Brasil e Grande Vitória, acumulada em 12 meses



Fonte do gráfico:
IBGE e BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

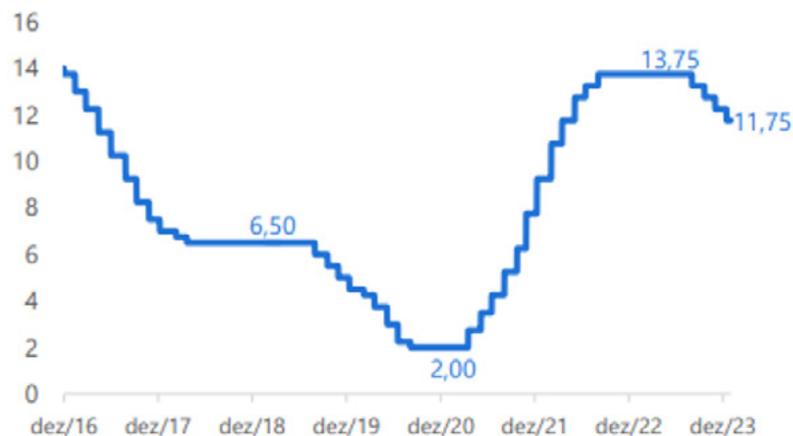


Política Monetária

Em sua última reunião de 2023, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual para 11,75% ao ano. De acordo com o Copom, essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e o de 2025. Os membros do Comitê sinalizaram redução de mesma magnitude para as próximas reuniões, e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário. Com a taxa Selic em 11,75%, as projeções do Copom para a inflação situam-se em 4,6% em 2023, 3,5% em 2024 e 3,2% em 2025.

Meta da taxa de juros Selic (%)

Brasil



Fonte do gráfico:
BCB

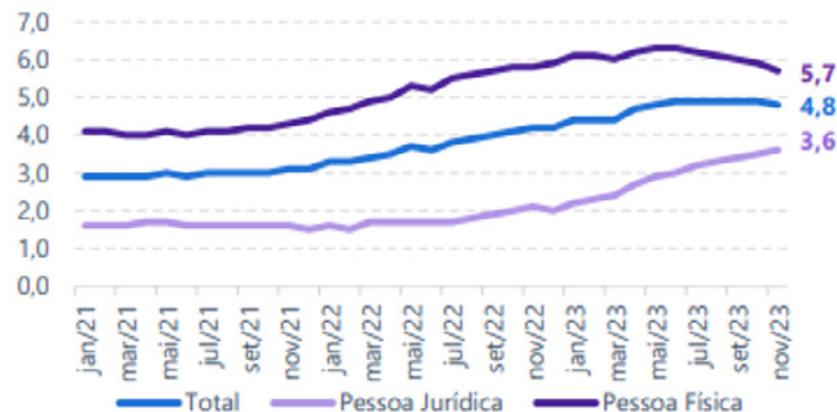
Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Mercado de crédito

O BCB divulgou os dados relacionados à política monetária e às operações de créditos. Na passagem de outubro para novembro, o volume de papel-moeda em circulação cresceu 0,7%, e as reservas bancárias caíram 8,3%. Já no mercado de crédito, o saldo das operações nacionais alcançou R\$ 5,7 trilhões em novembro, assinalando elevação mensal de 0,9%. A taxa de inadimplência com recursos livres recuou 0,1 p.p. atingindo 4,8% no mês, reflexo da redução de 0,2 p.p. no crédito livre às famílias, que alcançou 5,7%. No crédito livre às empresas, a inadimplência aumentou 0,1 p.p., atingindo 3,6% em novembro.

Inadimplência de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) em % Modalidade de Recursos livres



Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria

O quadro fiscal de 2023 foi marcado, no âmbito federal, pela combinação de queda real de arrecadação, após forte crescimento observado em 2021 e 2022, e expressivo aumento real da despesa. Do lado da receita, observou-se, em estimativa preliminar, queda real de 21,1% para as receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e de 1,1% para as administradas, levando a uma queda de 2,9% para a receita total. Pelo lado da despesa, registrou-se crescimento real de 12,9%, ou R\$ 247 bilhões, em reais de dezembro de 2023, com destaque para as despesas obrigatórias com controle de fluxo (alta de R\$ 105,2 bilhões, ou 45,2%, muito impactadas pelo crescimento das despesas com o programa Bolsa Família, com aumento real de R\$ 48,1 bilhões, ou 40,6%), créditos extraordinários (aumento de R\$ 46 bilhões, ou 92,3%, sob o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF para pagamento imediato dos passivos com precatórios no valor de R\$ 92,4 bilhões), despesas com benefícios previdenciários (aumento de R\$ 38,8 bilhões, ou 4,6%) e despesas discricionárias (aumento de R\$ 24,4 bilhões, ou 15,2%). Nesse contexto, o resultado primário no ano registrou déficit de R\$ 234,3 bilhões, a preços de dezembro de 2023, correspondente a cerca de 2,1% do produto interno bruto (PIB).

No que se refere ao endividamento público, nota-se que, após aumentar fortemente em razão da pandemia, quando a dívida bruta do governo geral (DBGG) atingiu 86,9% do PIB em dezembro de 2020, a razão dívida-PIB caracterizou-se por tendência de queda, fechando 2022 no patamar de 72,9%. No período mais recente, contudo, a DBGG voltou a crescer, atingindo 73,8% do PIB em novembro de 2023.



A Receita Federal do Brasil (RFB) divulgou os dados da arrecadação federal de dezembro e, portanto, do acumulado do ano de 2023. Em dezembro, a arrecadação total das receitas federais foi de R\$ 231,2 bilhões, com alta de 5,2% em termos reais (já descontada os efeitos da inflação, medida pelo IPCA) na comparação com o mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, a arrecadação total das receitas federais alcançou R\$ 2,4 trilhões. Esse resultado representou queda de 0,1% em termos reais em comparação com 2022. Os principais fatores que impactaram o desempenho da arrecadação federal em 2023 foram os crescimentos reais de 21,6% na arrecadação do IRRF – Capital, em razão de apreciação da taxa Selic, de 3,4% do IRRF – trabalho e de 5,0% da Contribuição Previdência, devido ao bom desempenho da massa salarial. Em sentido inverso, afetaram negativamente o resultado de 2023 as reduções de alíquotas do IPI, do PIS/Cofins e da CIDE sobre combustíveis, impactando a arrecadação desses tributos em um total de R\$ 46,1 bilhões sobre a arrecadação do ano passado.

Arrecadação das receitas federais

R\$ bilhões (a preços de dezembro/2023 - IPCA)



Fonte do gráfico:
RFB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



O Banco Central do Brasil (BCB) divulgou as estatísticas do setor externo referentes a novembro. No mês, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram ingressos líquidos de US\$ 7,8 bilhões, com um crescimento de 2,6% em comparação ao mesmo período do ano passado (US\$ 7,6 bilhões). O IDP acumulado em 12 meses até novembro totalizou US\$ 57,7 bilhões (equivalente a 2,68% do PIB).

Investimentos Diretos no País (IDP)

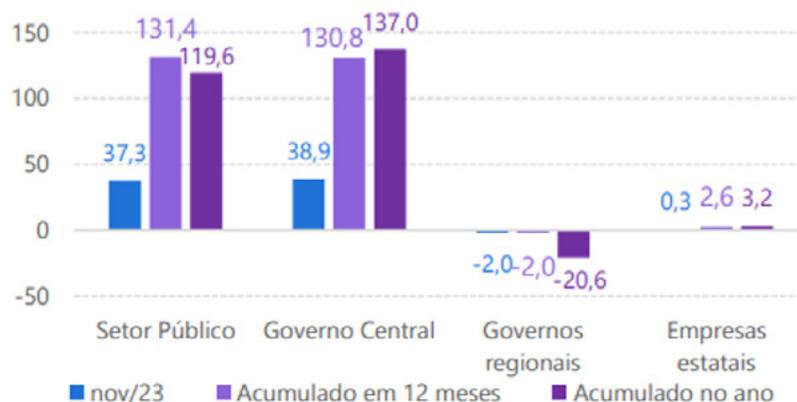
Acumulado em 12 meses (US\$ bi) e em % do PIB



O Banco Central do Brasil (BCB) divulgou as estatísticas fiscais referente ao mês de novembro de 2023. No mês, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 37,3 bilhões. Nos últimos em 12 meses encerrados em novembro, o setor público consolidado atingiu um déficit de R\$131,4 bilhões, equivalente a 1,22% do PIB.

Resultado primário do Setor Público brasileiro

Novembro de 2023 – R\$ bilhões



(+) déficit e (-) superávit

Fonte do gráfico:
BCB

Elaboração:
Findes/Observatório
da Indústria



Panorama fiscal do Estado

Gestão orçamentária

Receita

Receita **total****Composição** da receitaReceita em **destaque**

Despesa

Despesa **total****Comparativo** da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão fiscal

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação em **ensino**Aplicação na **saúde**

Resultado primário e nominal

Gestão previdenciária

Resultado previdenciário

Clique nas abas para
acessar as informações



A Receita Total arrecadada em dezembro de 2023 (R\$ 2,7 bilhões) e no acumulado até dezembro de 2023 (R\$ 25,9 bilhões) apresentaram aumento nominal de +26,6% e +7,8%, respectivamente, se comparadas com o mesmo período do ano passado. A média mensal arrecadada até dezembro deste ano (R\$ 2,2 bilhões) representa aumento de +7,8% em relação à média mensal do mesmo período do ano passado (R\$ 2,0 bilhão). No acumulado dos 12 meses de 2023, o Estado arrecadou em torno de 105% (real) de toda a arrecadação do ano passado (R\$ 24,0 bilhões).

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 69,7% da receita arrecada em dezembro de 2023. O ICMS arrecadado no mês (R\$ 998 milhões) representa um aumento de +22,3% em relação a dezembro de 2022, e é o maior valor mensal arrecadado na série de 24 meses (2023 e 2022). No acumulado do ano (R\$ 10,7 bilhões), o ICMS teve aumento nominal de +6,5% em relação ao acumulado de 2022 (R\$ 10,0 bilhões). Nos 12 meses de 2023, o ICMS arrecadado corresponde em torno de 104,0% (real) de todo o ICMS arrecadado no ano passado (R\$ 10,0 bilhões).

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em dezembro de 2023 (R\$ 57 milhões), mês fora do recebimento trimestral das participações especiais, acompanhou o baixo desempenho do ano. No acumulado até dezembro (R\$ 1,2 bilhão), houve queda nominal de -42,9% na mesma base de comparação com o ano passado (R\$ 2,1 bilhões). Nos 12 meses de 2023, as rendas do petróleo correspondem em torno de 56% (real) de todos os royalties e participações especiais arrecadados no ano passado (R\$ 2,1 bilhões).

As despesas liquidadas em dezembro de 2023 (R\$ 3,5 bilhões) representam um aumento nominal de +4,9% em relação ao mesmo mês de 2022, e acréscimo nominal de +10,0% no acumulado do ano (R\$ 23,7 bilhões). A função Previdência respondeu pelo maior gasto (R\$ 4.310 milhões) no ano de 2023, seguida por Saúde (R\$ 4.292 milhões). Educação (R\$ 3.177 milhões) e Segurança Pública (R\$ 2.076 milhões) vêm na sequência.

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até dezembro de 2023 foi superavitário (R\$ 798 milhões), uma queda nominal de -35,5% em relação ao superávit do mesmo período de 2022 (R\$ 1.236 milhões), fruto, essencialmente, do aumento das despesas (+10,0%) acima da receita total (+7,8%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 22,4 bilhões (acumulada em 12 meses) em dezembro de 2023, quinto mês seguido de recuperação após o pior resultado em 12 meses, ocorrido em julho deste ano, e apresenta o maior valor da série. O impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida passou de 11,6% (média) em 2022 para 6,5% (média) em 2023.

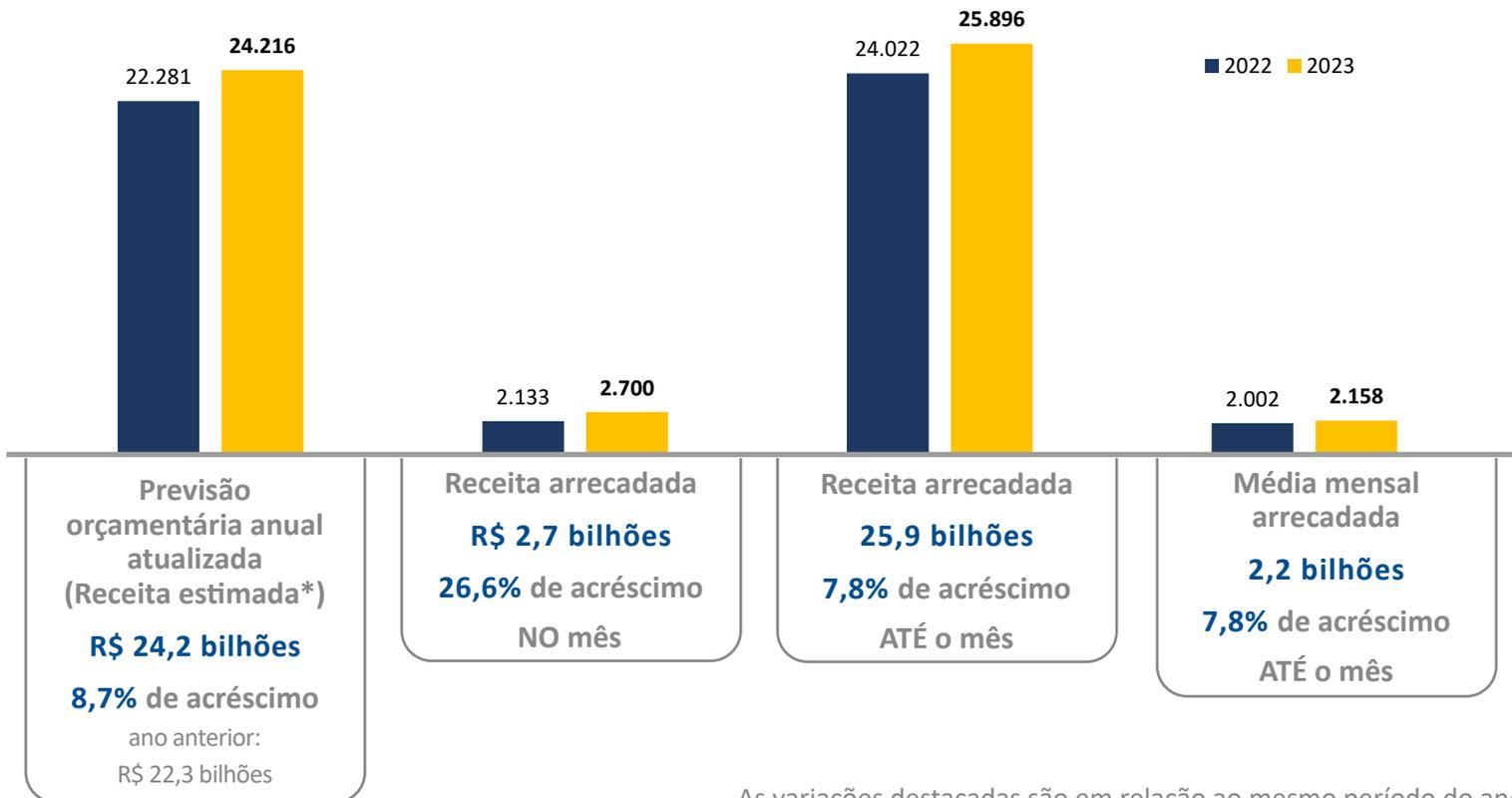
A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal. Os possíveis cenários de redução dos royalties e o impacto nos limites de pessoal mostram que nenhum Poder/Órgão atingiria qualquer limite diante de uma redução parcial ou total da renda petrolífera.

O Resultado Primário foi, novamente, deficitário em R\$ 711 milhões até dezembro de 2023, demonstrando a necessidade de esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.



*Estimativa de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo (exercício 2022), atualizada pela abertura de créditos adicionais.

Fonte do gráfico:
Sigefes e Painel de
Controle TCEES

Receita total (em R\$ milhões)


Previsão
orçamentária anual
atualizada
(Receita estimada*)

R\$ 24,2 bilhões

8,7% de acréscimo

ano anterior:
R\$ 22,3 bilhões

Receita arrecadada
R\$ 2,7 bilhões
26,6% de acréscimo
NO mês

Receita arrecadada
25,9 bilhões
7,8% de acréscimo
ATÉ o mês

Média mensal
arrecadada
2,2 bilhões
7,8% de acréscimo
ATÉ o mês

**Composição da receita arrecadada***
ATÉ o mês (em R\$ milhões)

*Não inclui as Receitas Intraorçamentárias no valor de R\$ 390.141.666,19.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

**nota**

As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

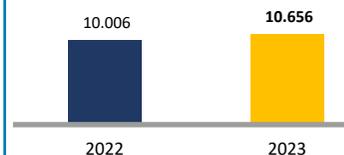
Arrecadação de ICMS - 2022 e 2023 (em R\$ milhões)



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2022	889	829	795	870	883	895	867	760	767	808	827	816
2023	884	806	735	948	832	867	877	943	932	882	953	998

R\$ 998 milhões arrecadados NO mês.

22,3% de acréscimo (em relação ao mesmo mês do ano anterior) e **4,7% de acréscimo** (em relação ao mês anterior).

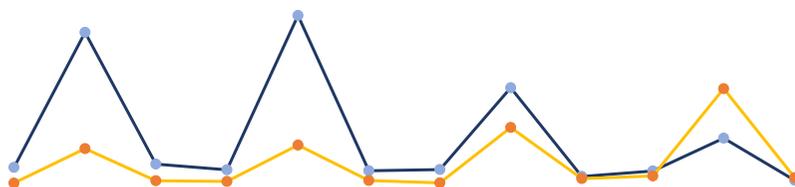


R\$ 10,7 bilhões
acumulado ATÉ o mês.

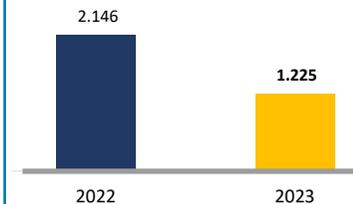
6,5% de acréscimo

(em relação ao mesmo período do ano anterior).

Receita da compensação financeira 2022 e 2023 (em R\$ milhões)



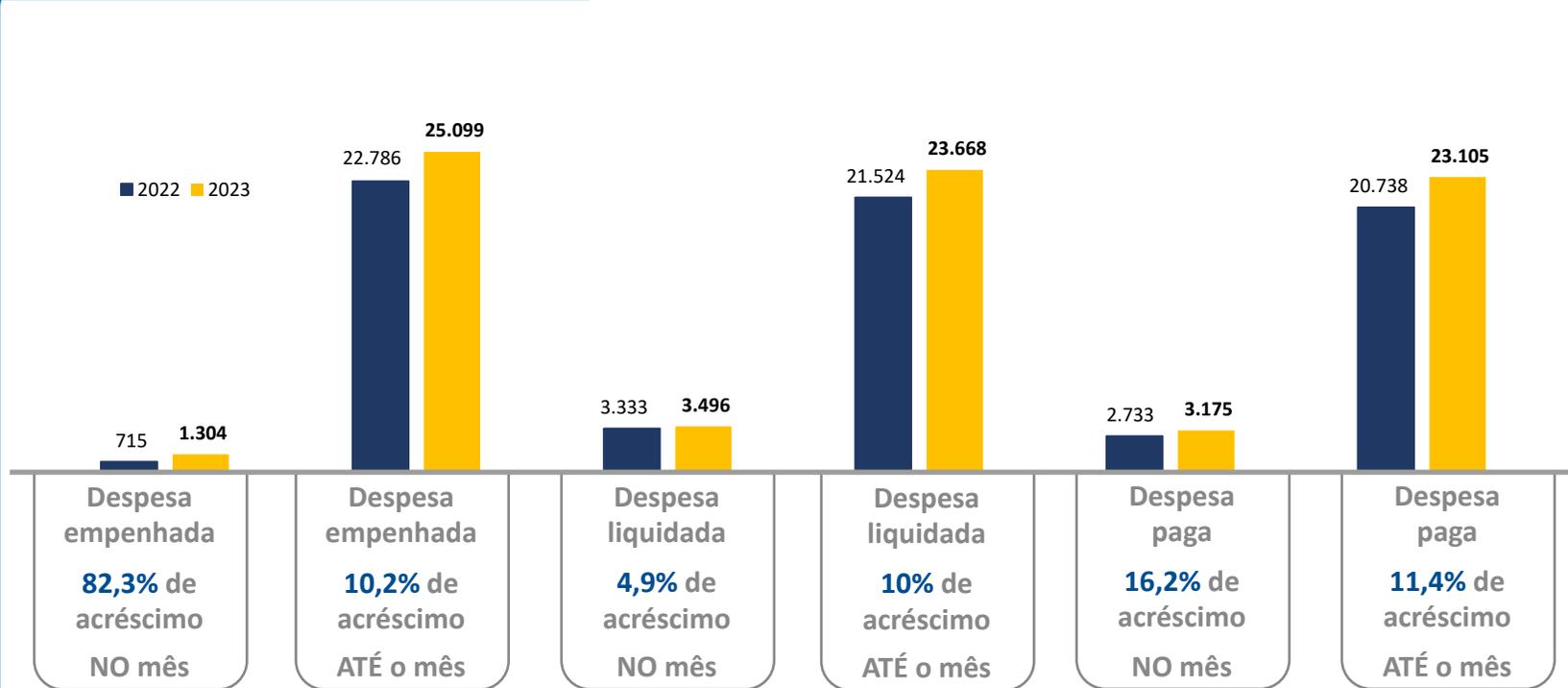
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2022	88	492	97	81	542	78	81	326	61	77	175	49
2023	41	144	47	46	154	48	42	207	54	62	323	57



R\$ 1,2 bilhão
-42,9% de queda

(em relação ao mesmo período do ano anterior).

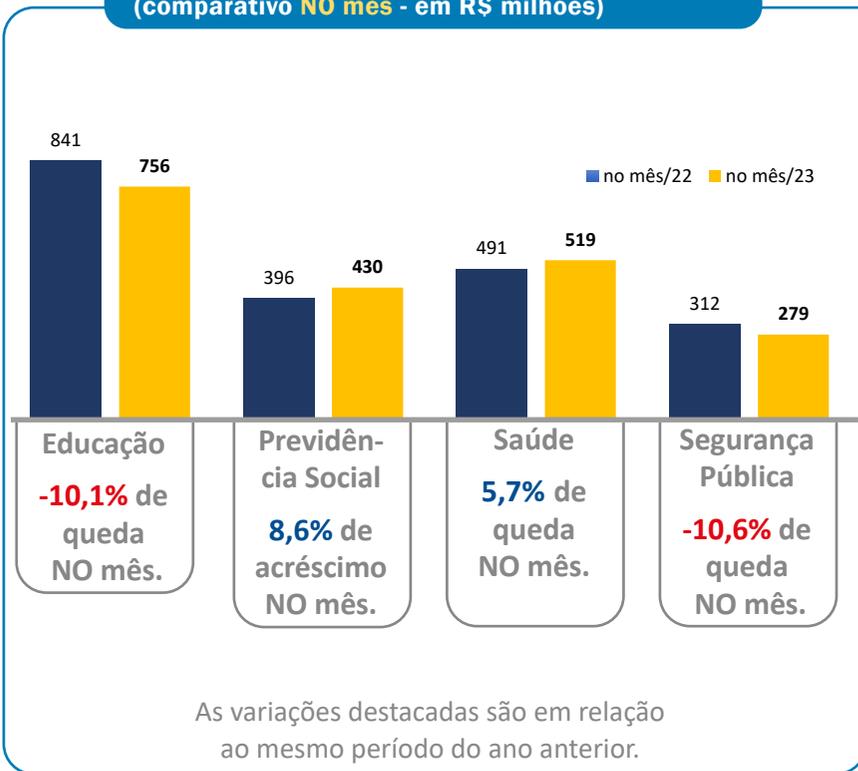
Receita de compensações financeiras (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties) arrecadada **ATÉ o mês**.


Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)


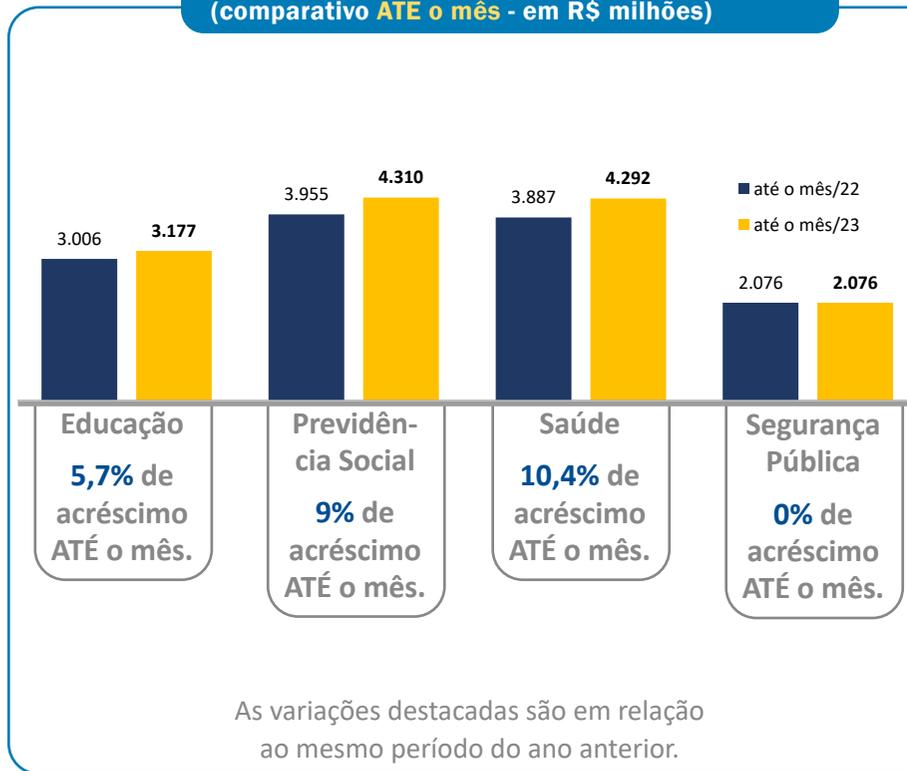
As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

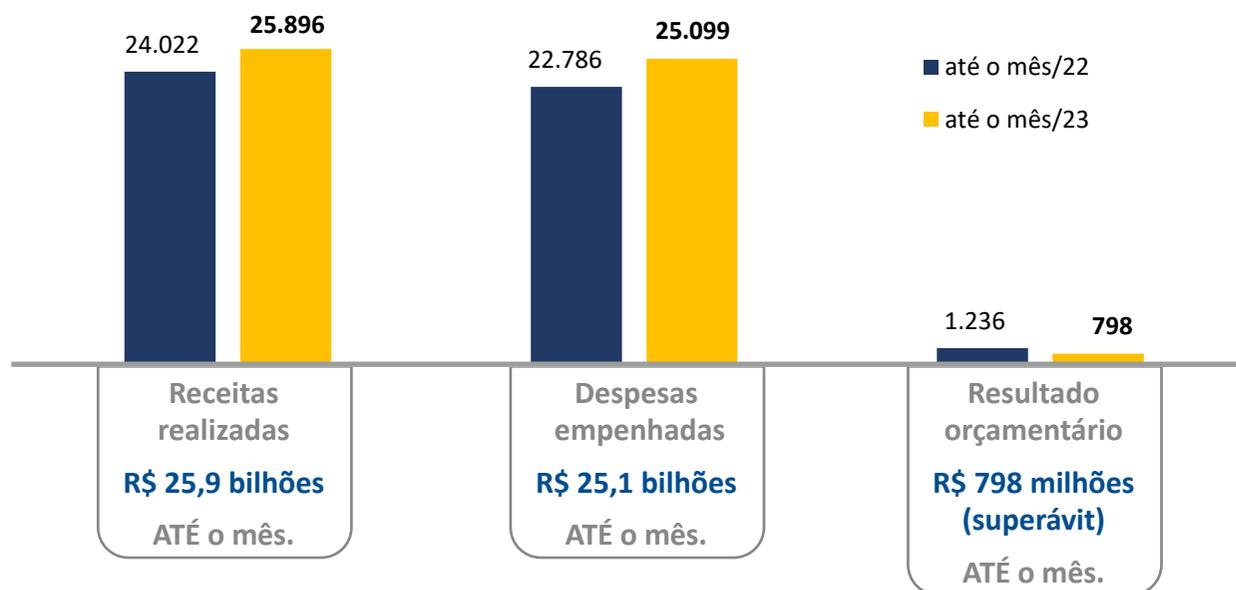


Despesa liquidada por função de governo (comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)

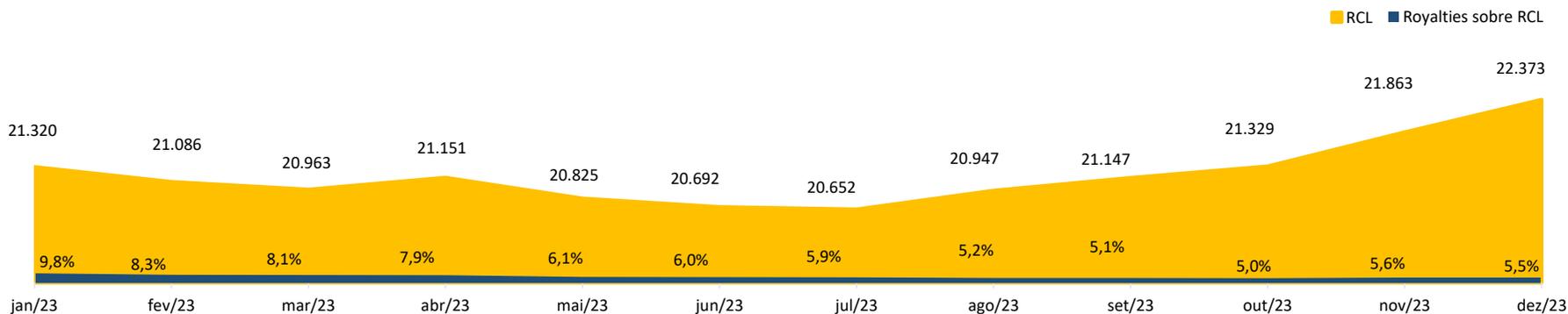


Despesa liquidada por função de governo (comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)



**Resultado orçamentário**
(ATÉ o mês - em R\$ milhões)

-35,5% de variação nominal em relação ao acumulado no ano anterior.


Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
(últimos 12 meses - em R\$ milhões)


5,5% de participação dos royalties na receita corrente líquida DO mês.

O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.



Limites da despesa com pessoal em relação à RCL Ajustada

DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Receita Corrente Líquida ajustada NO mês: **R\$ 22.306.473.322,99**

A despesa total com pessoal de cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e órgãos (Tribunal de Contas e Ministério Público), bem como o Ente Consolidado (soma de todos Poderes e órgãos) compreende o somatório dos gastos com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, da mesma forma que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal em cada período de apuração não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL) previstos na LRF, conforme os limites estabelecidos na tabela.



nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

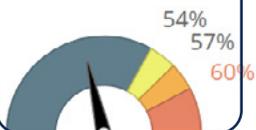
Fonte do gráfico:
Sigefes

Consolidado

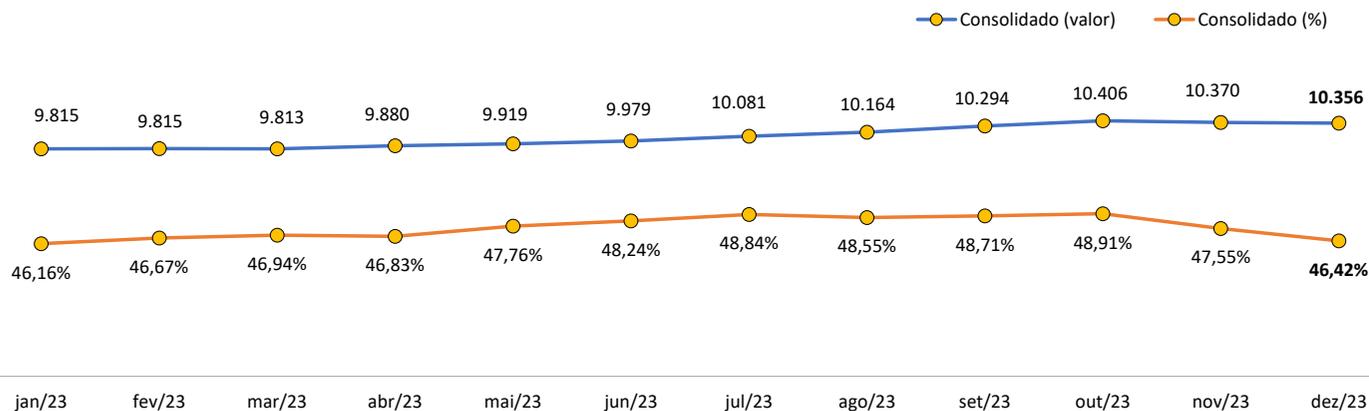
Despesa com pessoal

R\$ 10,36B

% da RCL

46,42%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal Consolidado
(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)




*Inclui a Defensoria Pública Estadual (órgão autônomo que não possui limite de despesa com pessoal estabelecido em lei).

nota

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

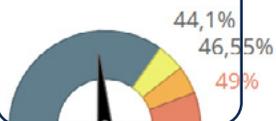
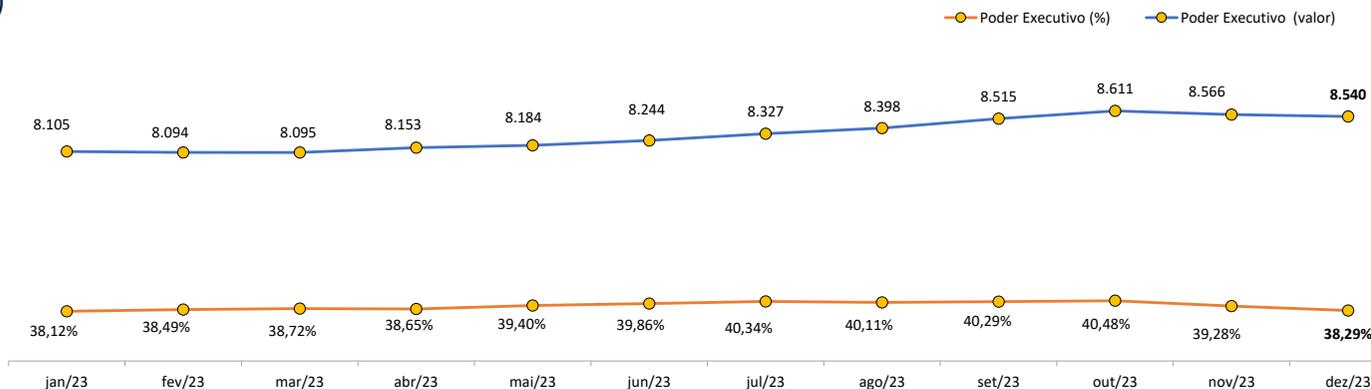
Fonte do gráfico:
Sigefes

Poder Executivo

Despesa com pessoal

R\$ 8,54B

% da RCL

👍 **38,29%****Abaixo**de todos os
limites de
pessoal da
LRF.**Despesa com pessoal do Poder Executivo***
(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



nota
Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

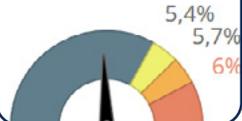
Poder Judiciário

Despesa com pessoal

R\$ 1,08B

% da RCL

4,83%

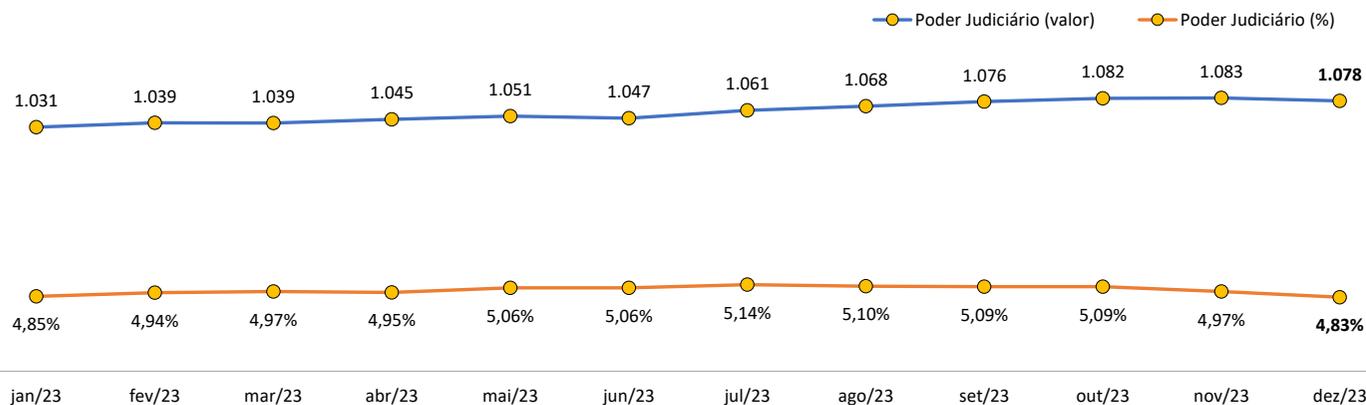


Abaixo

de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do Poder Judiciário

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)





nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

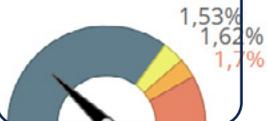
Assembleia Legislativa

Despesa com pessoal

R\$ 213,45M

% da RCL

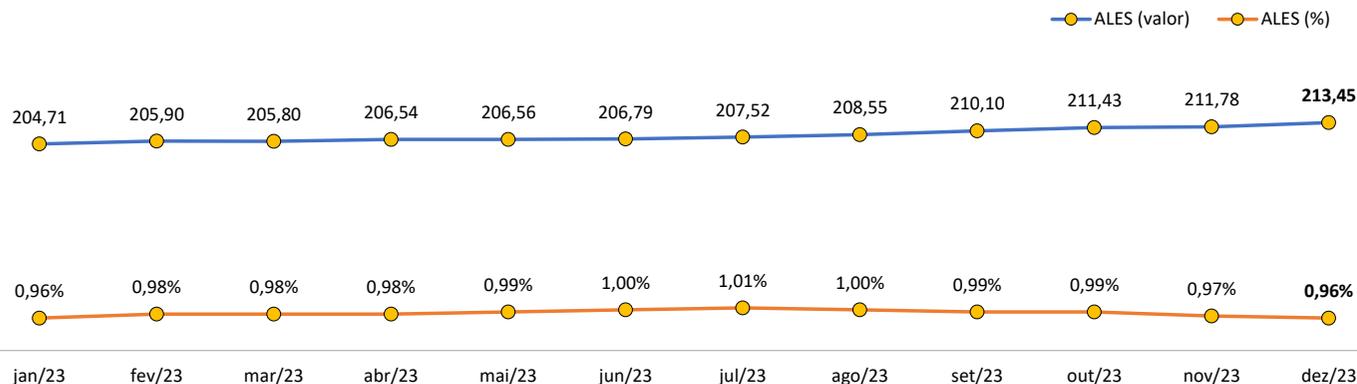
0,96%



Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal da Ales

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)



**nota**

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

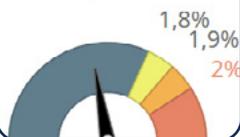
Fonte do gráfico:
Sigefes

Ministério Público

Despesa com pessoal

R\$ 355,09M

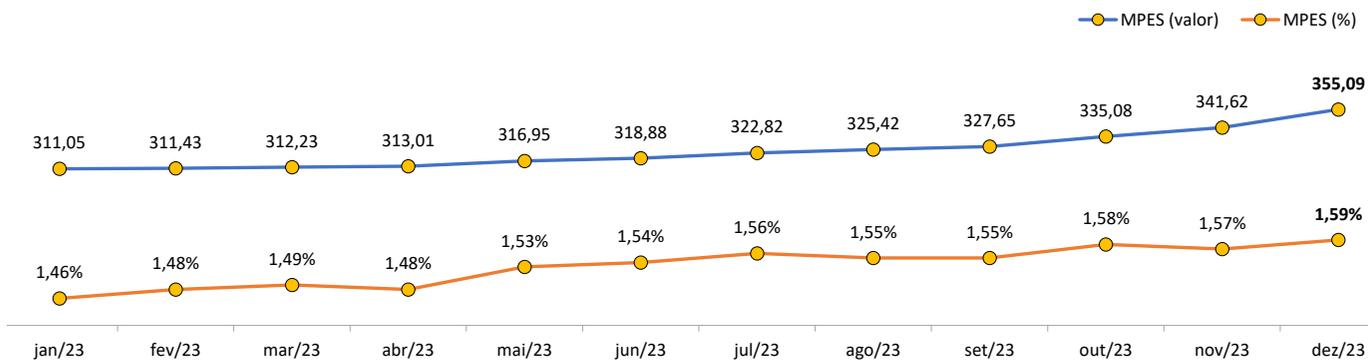
% da RCL

👍 **1,59%**

Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do MPES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)





nota
Metodologia de
cálculo da despesa
com pessoal para
2021 conforme IN TC
72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal

R\$ 169,25M

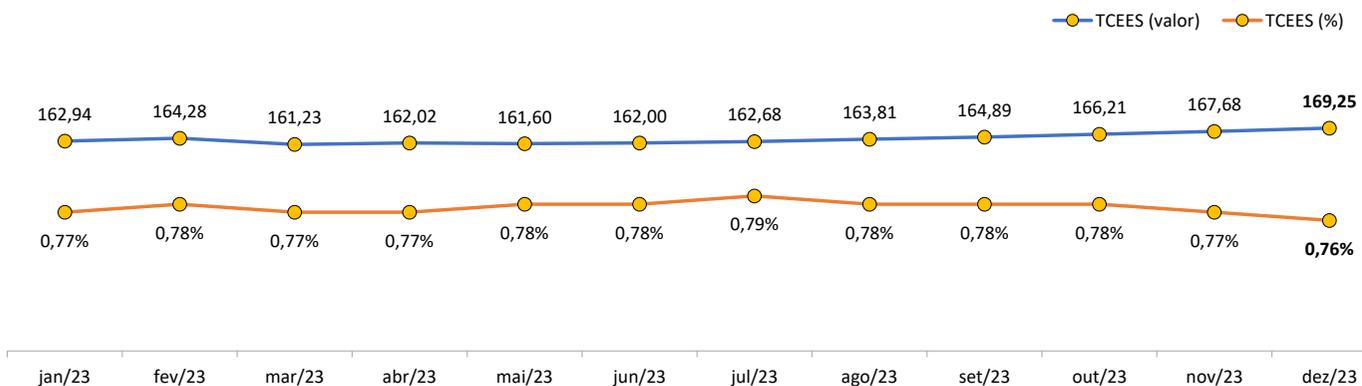
% da RCL

0,76%


Abaixo
de todos os
limites de
pessoal da
LRF.

Despesa com pessoal do TCEES

(últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)

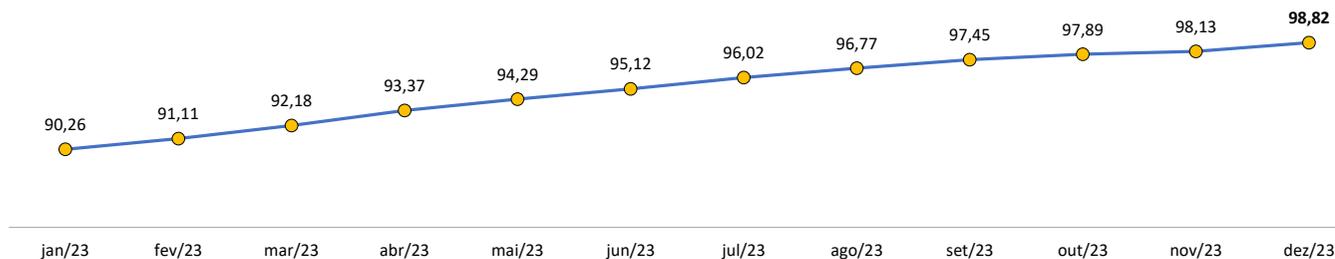


**Defensoria Pública**

Despesa com pessoal*

R\$ 98,82M

Valor incluído no
cômputo do limite
estabelecido pela
LRF para o Poder
Executivo do
Estado.

Despesa com pessoal da Defensoria Pública
 (últimos 12 meses, em R\$ milhões e % da RCL Ajustada)


*No cálculo referente a este mês já estão inclusos os valores com inativos e pensionistas, conforme recomendação contida no Processo TC 4.201/2022.

nota

Metodologia de cálculo da despesa com pessoal para 2021 conforme IN TC 72/2021.

Fonte do gráfico:
Sigefes

**cenários da despesa com pessoal**

Considerando redução dos royalties NO mês

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	46,42%	38,29%	4,83%	1,59%	0,96%	0,76%
-50%	47,74%	39,37%	4,97%	1,64%	0,98%	0,78%
-80%	48,56%	40,05%	5,05%	1,67%	1,00%	0,79%
-100%	49,12%	40,51%	5,11%	1,68%	1,01%	0,80%

A tabela possibilita observar que:

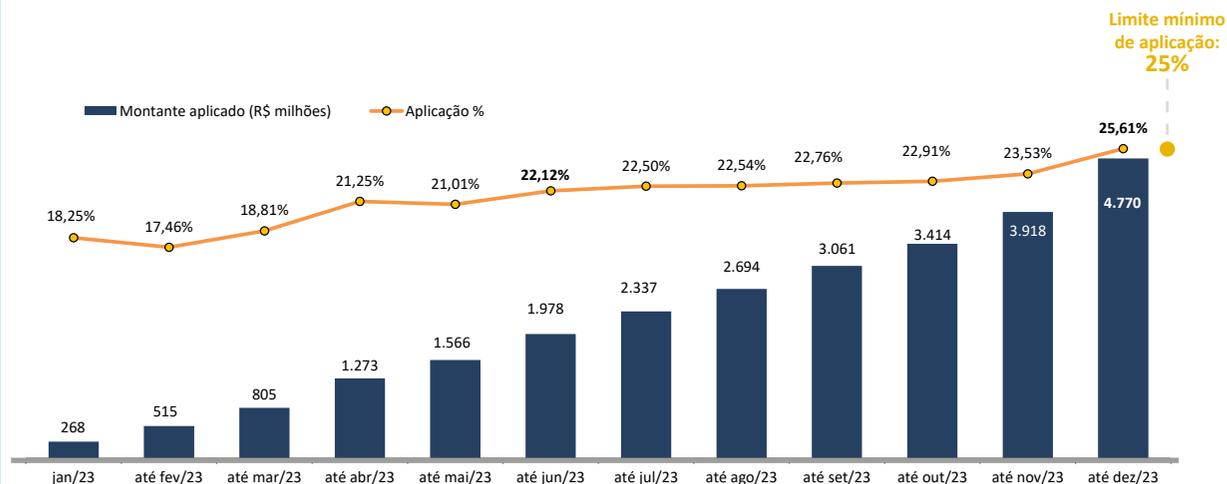
Nenhum Poder/Órgão atingiria qualquer limite na hipótese de uma redução parcial ou total nas receitas de compensação financeira (royalties).

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a tabela em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira.



Aplicação de recursos no ensino (MDE 25%)*

Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita



25,61%

(das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

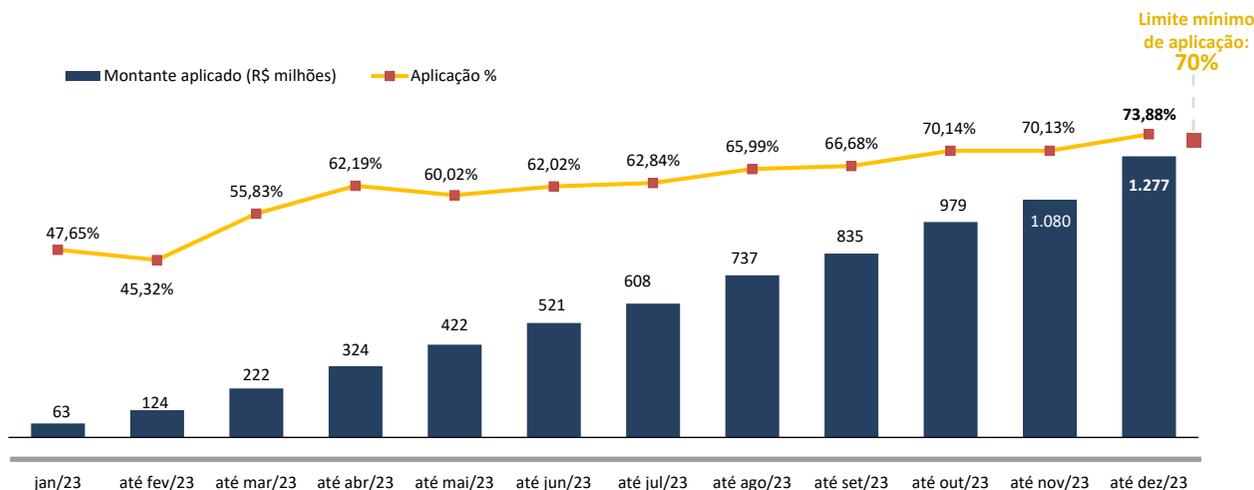
R\$ 4.770 milhões

(valor aplicado no ensino pelo Estado ATÉ o mês).

*A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.



Aplicação de recursos no pagamento dos profissionais da educação básica (Fundeb 70%)* - acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita do Fundeb



R\$ 1.277 milhões

(valor aplicado no ano pelo Estado na remuneração dos profissionais da educação básica).

73,88%

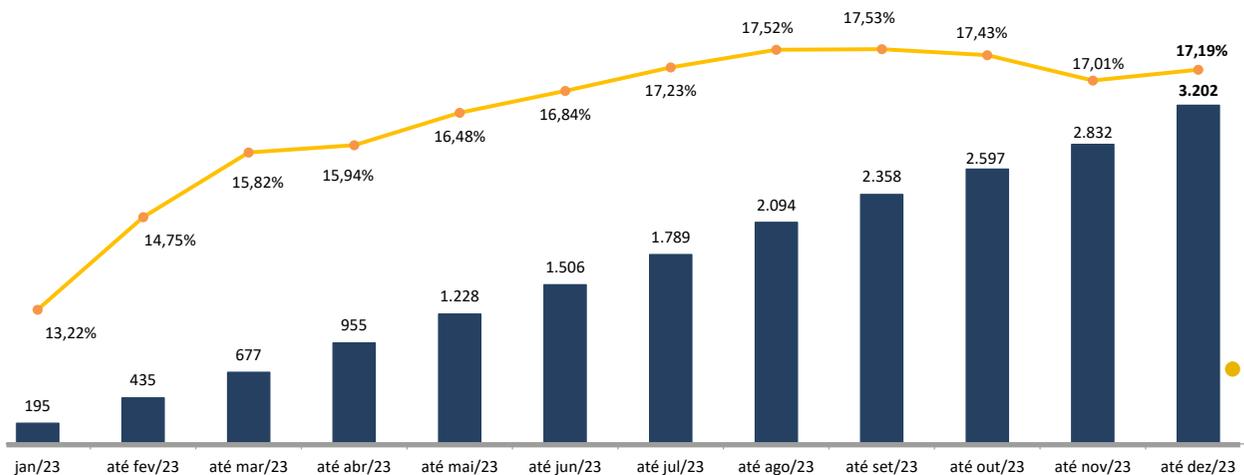
(resultante de recursos do Fundeb).

*A verificação quanto ao cumprimento de aplicação do limite mínimo de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.



Acompanhamento da aplicação em saúde*

(Acumulado ATÉ o mês - em R\$ milhões e % da receita)

**17,19%**

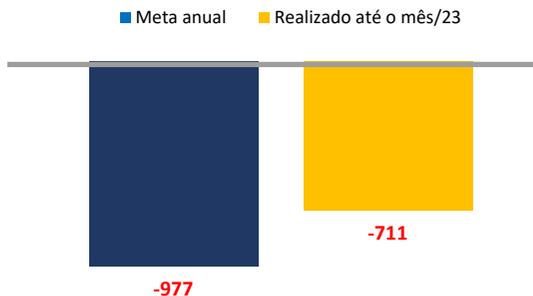
(receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais).

R\$ 3.202 milhões
aplicados no ano.

*A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até cada mês do ano.

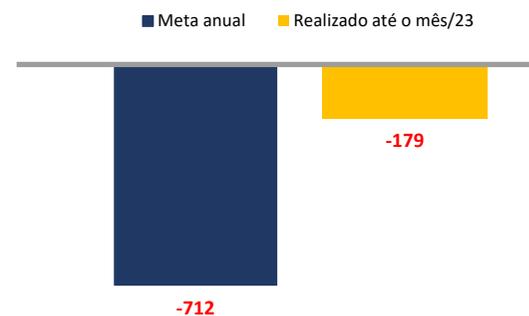


Resultado primário (em R\$ milhões)



R\$ 711 milhões de déficit ATÉ o mês.

Resultado nominal (em R\$ milhões)



R\$ 179 milhões de déficit ATÉ o mês.

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

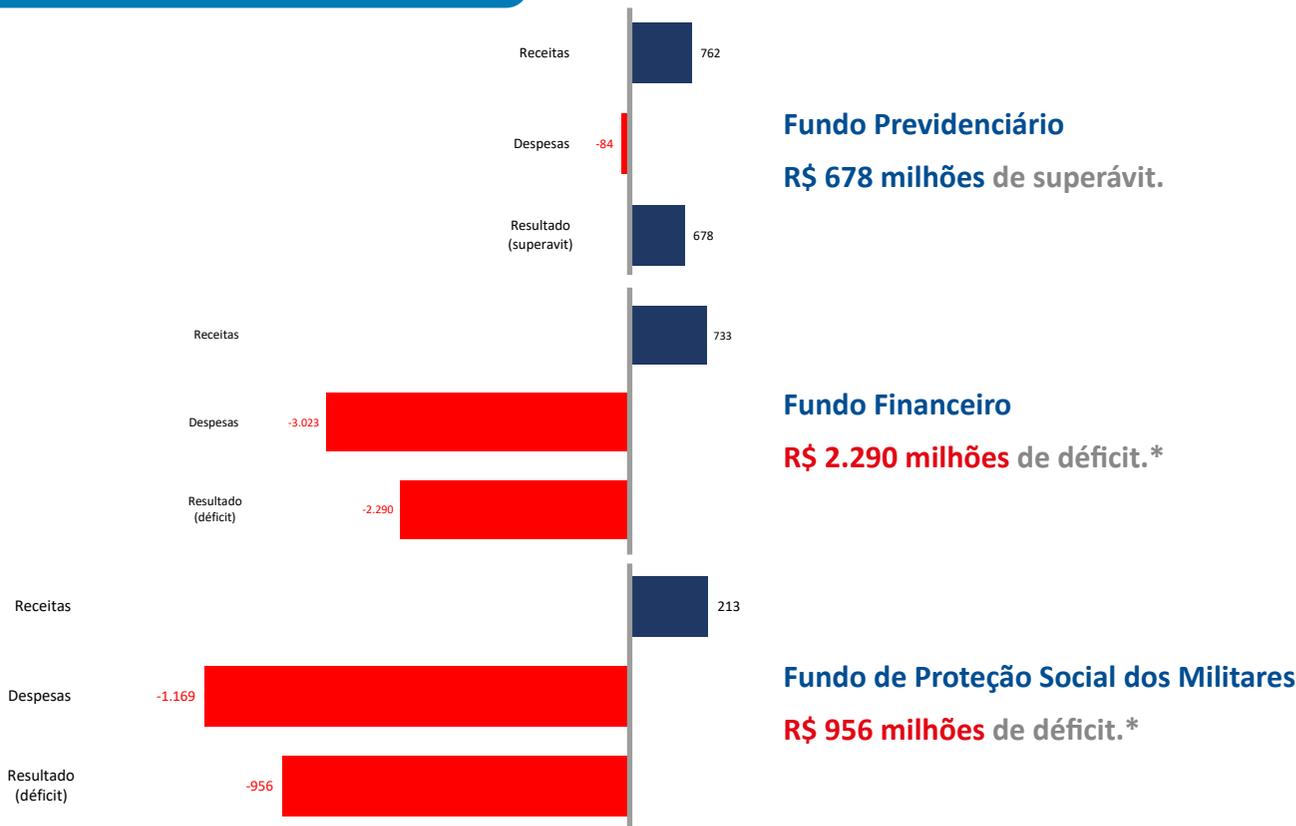
As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem

uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Acumulado ATÉ o mês
(em R\$ milhões)

A LC Estadual nº 282/2004 criou os Fundos Financeiro (FF) e Previdenciário (FP). O FF se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da Lei. O FP se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público estadual após a publicação desta lei. Além disso, a LC Estadual nº 943 (de 16/3/2020) criou o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS**.



Panorama fiscal dos Municípios

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado **orçamentário**

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com **peçoal**

Aplicação em **ensino**

Despesa com **saúde**

Clique nas abas para
acessar as informações



Os 74 municípios capixabas adimplentes com os dados até dezembro mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+15,0% nominal) no acumulado até dezembro de 2023 (R\$ 23,0 bilhões) em relação ao mesmo período de 2022 (R\$ 20,0 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (39%) e a arrecadação própria (31%) seguidos pela transferência da União (25%), denotando a dependência (64%) dos entes municipais em relação a outros entes federados.

Os municípios capixabas aumentaram em +20,0% suas despesas liquidadas até dezembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 6,4 bilhões) e Saúde (R\$ 4,1 bilhões).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado até dezembro de 2023 (R\$ 658 milhões) menor (-53,5% nominal) ao do mesmo período de 2022 (R\$ 1,4 bilhão).

Dos 74 municípios capixabas que apresentaram os dados de dezembro de 2023 até 27/2/2024, a grande maioria (63 municípios, ou 81%) está abaixo de todos os limites de gastos com pessoal, 8 municípios estão acima do alerta, 1 acima do limite prudencial e 1 do limite legal.

Quanto aos limites constitucionais da educação (MDE 25% e Fundeb 70%) e saúde (15%), dos 73 municípios adimplentes com os dados de 2023 até 27/2/2024, 3 municípios não aplicaram o limite mínimo da educação (MDE 25%).

Em decorrência da EC 119/2022, que alterou o artigo 119 do ADCT, os municípios com aplicação deficitária na manutenção e desenvolvimento do ensino ocorrida entre 2020 e 2021 ficam obrigados a complementar, até o exercício de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021. Segundo Painel de Controle do TCEES, os municípios que atualmente se encontram nesta situação e seus valores são: Conceição da Barra (R\$ 2.424.535,00); Divino de São Lourenço (R\$ 55.611,88); Guaçuí (R\$ 1.994.977,15); Guarapari (R\$ 19.847.550,81); e Linhares (R\$ 9.065.673,46).



Boletim da Macrogestão Governamental

 [sumário](#)

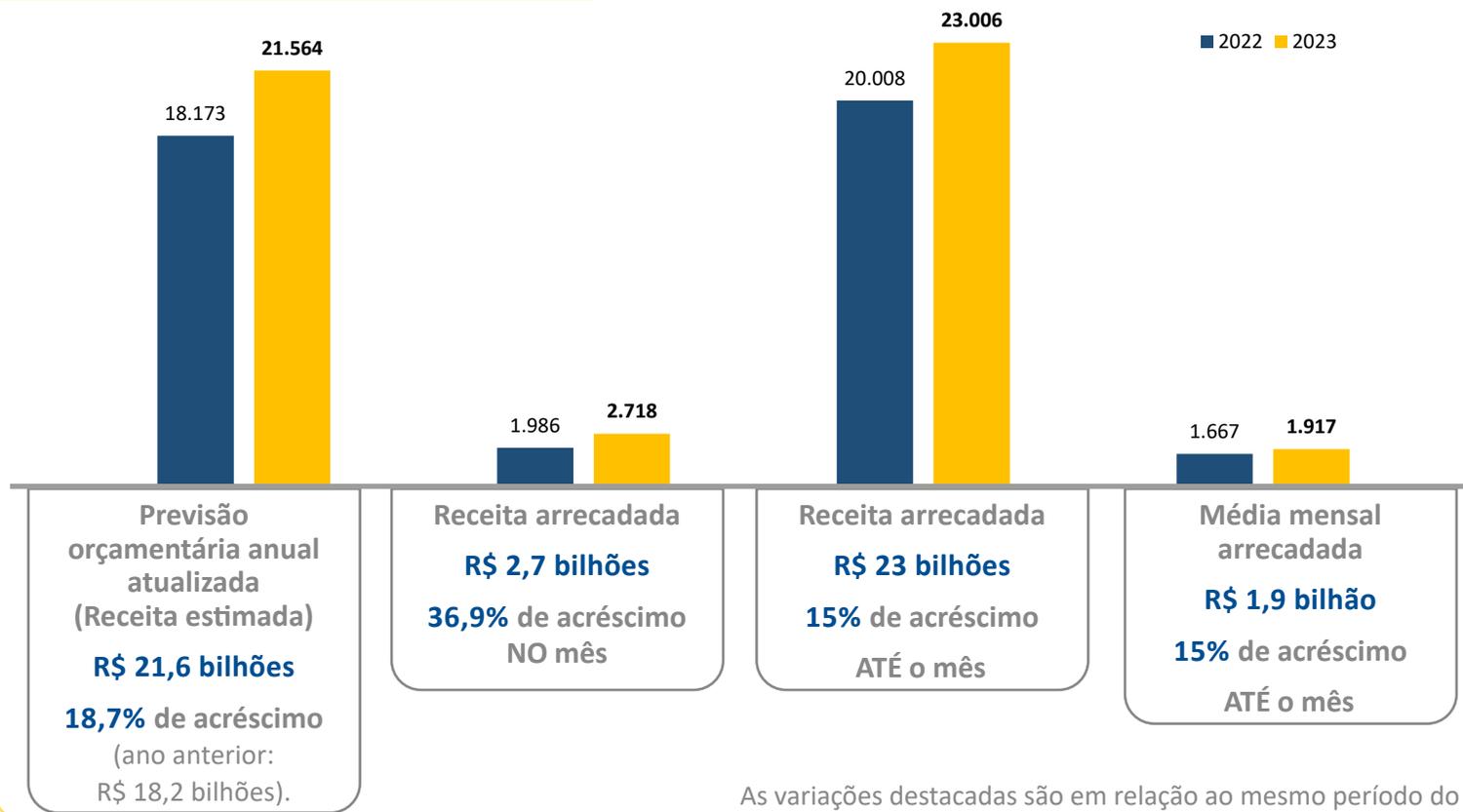
[Panorama
Econômico](#)

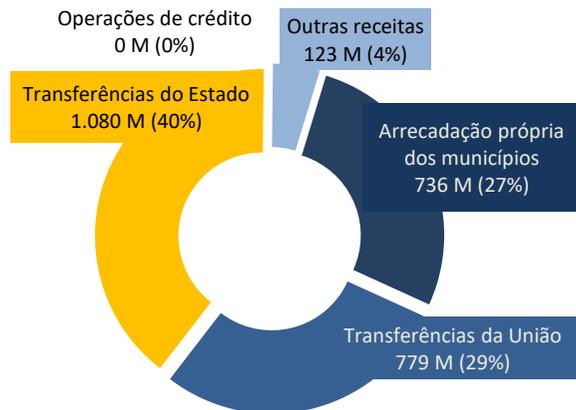
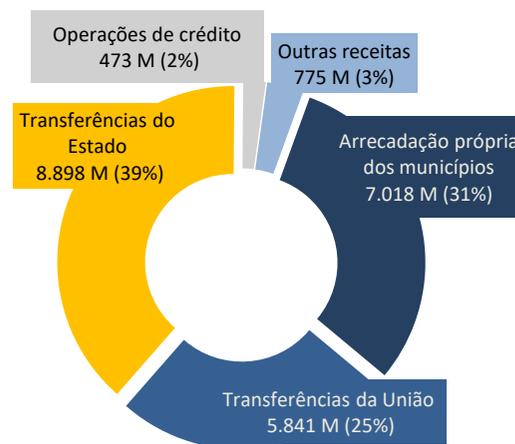
[Finanças do
Estado](#)

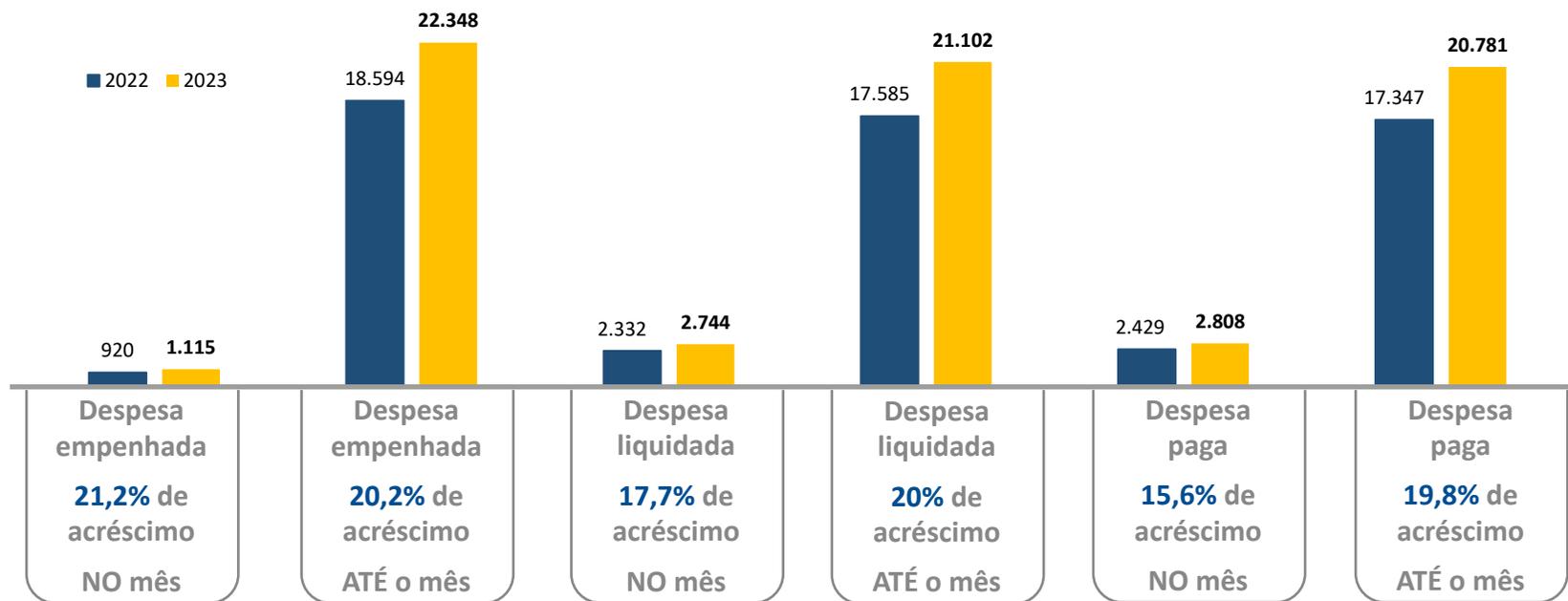
[Finanças dos
Municípios](#)

Dados levantados conforme a LOA dos **74 municípios que homologaram** suas contas mensais até 27/02/2024 no TCE, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais.

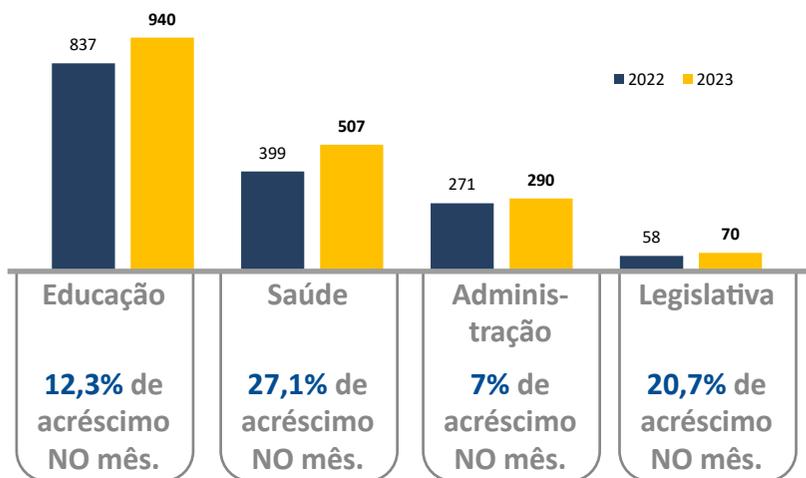
Dos **78 municípios, Ibiracu, Muqui, Pancas e Pedro Canário não apresentaram os dados** de dezembro até 27/2/2024, não tendo seus dados considerados.


Receita total (em R\$ milhões)


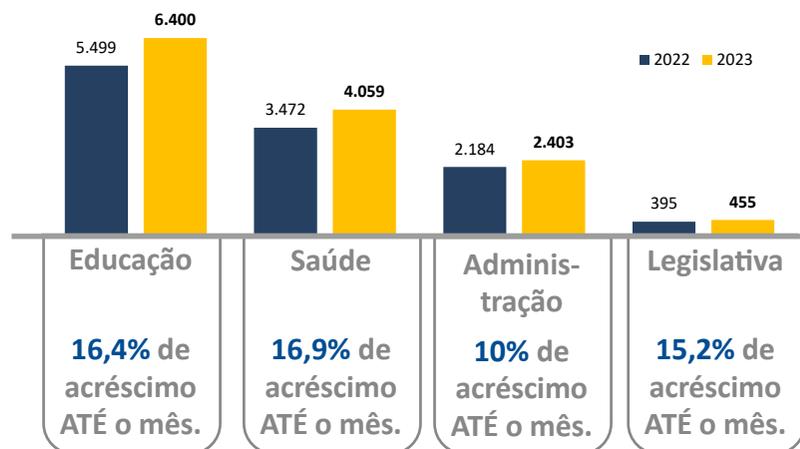

Composição da receita arrecadada
NO mês (em R\$ milhões)

Composição da receita arrecadada
ATÉ o mês (em R\$ milhões)



Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)


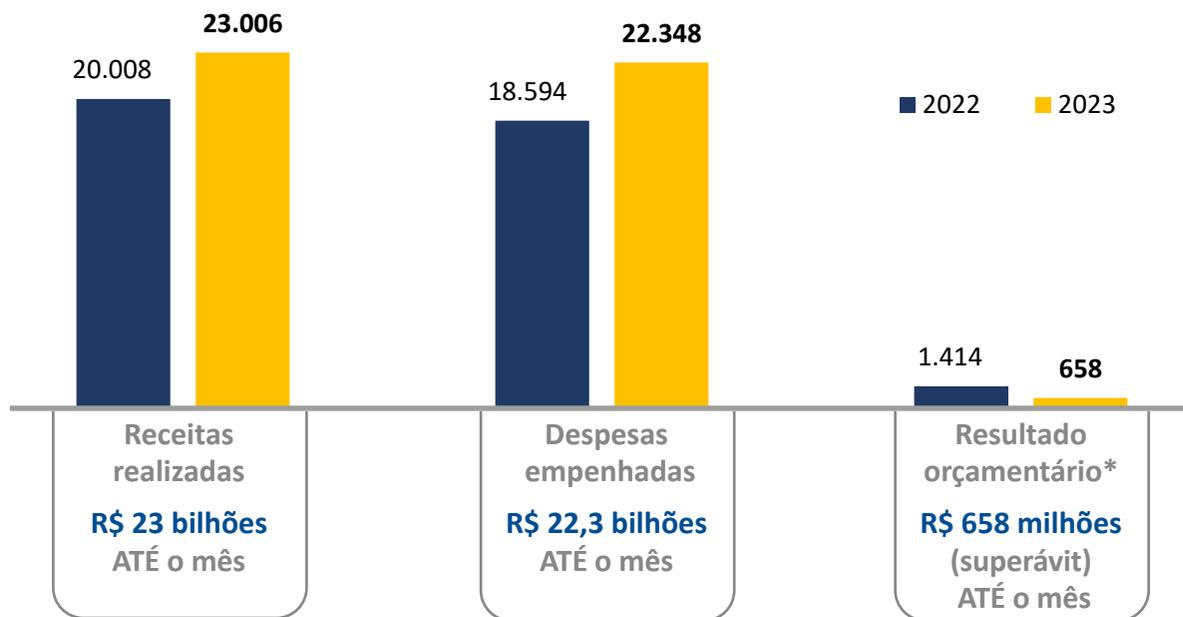
As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.


Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **NO** mês - em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

Despesa liquidada por função de governo
(comparativo **ATÉ** o mês - em R\$ milhões)


As variações destacadas são em relação ao mesmo período do ano anterior.

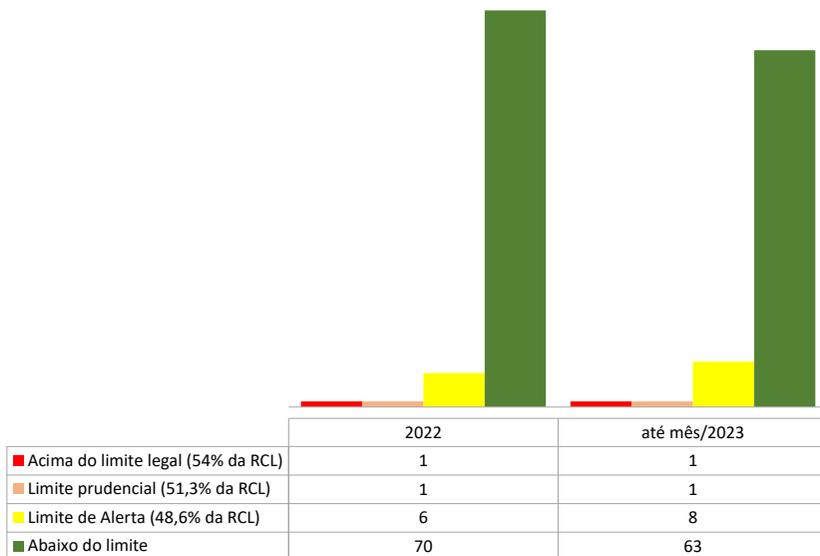
**Acumulado até o mês**
(em R\$ milhões)

*-53,5% de variação nominal negativa em relação ao acumulado no ano anterior, (quando houve superávit de R\$ 1,4 bilhão).



*Boa Esperança, Ibi-
raçu, Muqui, Pancas
e Pedro Canário não
enviaram os dados.

Fonte dos gráficos:
Painel de Controle
TCEES

Poder executivo municipal**Quantidade de municípios* por faixa de limites da LRF**

No período analisado, **entre os 73 municípios adimplentes, 63 estão abaixo de todos os limites de despesa com pessoal** do Poder Executivo municipal.

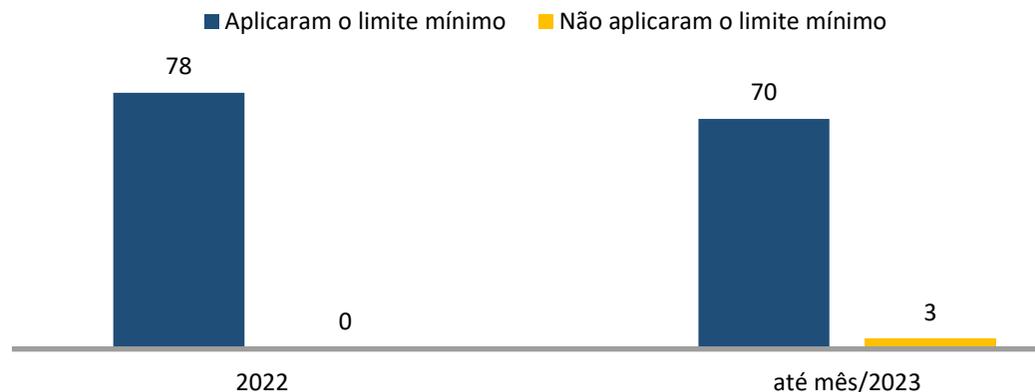

Complementação a ser realizada, em 2023, da aplicação deficitária na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme EC 119/2022*
Complementação devida em 2023

Município	Saldo deficitário de 2020 e 2021
Conceição da Barra	2.424.535,00
Divino de São Lourenço	55.611,88
Guaçuí	1.994.977,15
Guarapari	19.847.550,81
Linhares	9.065.673,46

*Altera o artigo 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabilização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal, bem como para **obrigar o ente a complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.**



*Boa Esperança, Ibi-
raçu, Muqui, Pancas
e Pedro Canário não
enviaram os dados.

**Quantidade de municípios* que aplicaram (ou não) o limite mínimo em ensino
(MDE 25%)**

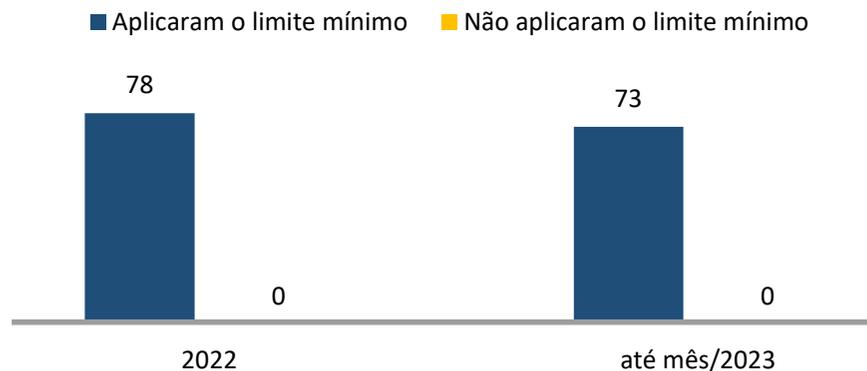
No período analisado, **entre os 73 municípios adimplentes, 3 não cumpriram o limite mínimo de 25% com MDE.**

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE 25%) ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.



*Boa Esperança, Ibi-
raçu, Muqui, Pancas
e Pedro Canário não
enviaram os dados.

Quantidade de municípios* que aplicaram (ou não) o limite mínimo (Fundeb 70%) no pagamento dos profissionais da educação básica



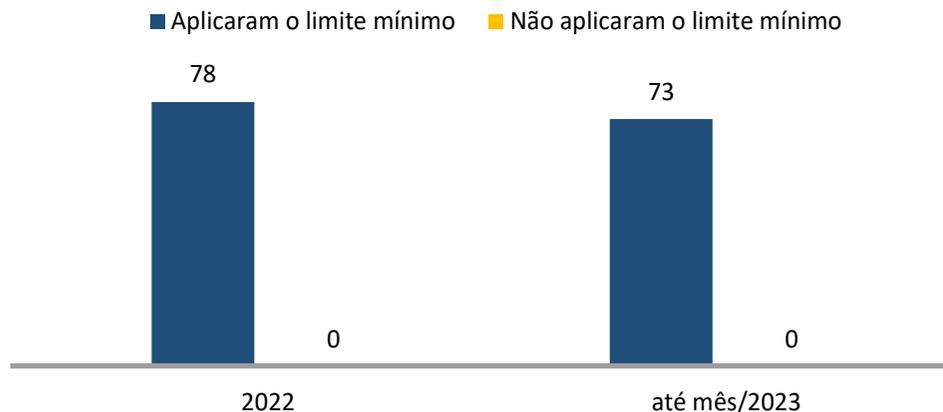
No período analisado, **entre os 73 municípios adimplentes, todos cumpriram o limite mínimo de 70% do Fundeb.**

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo da aplicação dos recursos recebidos pelo Estado, relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb 70%), na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício ocorre anualmente. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.



*Boa Esperança, Ibi-
raçu, Muqui, Pancas
e Pedro Canário não
enviaram os dados.

Quantidade de municípios* que aplicaram (ou não) o limite mínimo exigível em saúde (15%)



No período analisado, **entre os 73 municípios adimplentes, todos aplicaram o percentual mínimo (15%).**

A verificação do cumprimento do limite mínimo de aplicação (12%) em ações e serviços públicos de Saúde é anual. O gráfico permite o acompanhamento dos dados acumulados até o mês do ano.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Domingos Augusto Taufner - *Presidente*

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - *Vice-presidente*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - *Corregedor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo - *Ouvidor*

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - *Diretor da ECP*

Rodrigo Coelho do Carmo

Conselheiros Substitutos

Donato Volkers Moutinho

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luciano Vieira - *Procurador-geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luis Henrique Anastácio da Silva

Secretário-geral de Controle Externo

Alexsander Binda Alves

Secretário da SecexContas

Romário Figueiredo

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos (NATR)

Robert Luther Salviato Detoni

Eziléia Oliveira Barbosa

Frederico Fonseca Ribeiro

Leonardo Vilar Costa

Colaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Adécio de Jesus Santos



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Boletim da Macrogestão Governamental

 [sumário](#)

[Panorama
Econômico](#)

[Finanças do
Estado](#)

[Finanças dos
Municípios](#)

**Boletim da
Macrogestão
Governamental**[sumário](#)[Panorama
Econômico](#)[Finanças do
Estado](#)[Finanças dos
Municípios](#)*Negócio*

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

nota

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.